

Verbas para criação de casas-abrigo para vítimas de estupro não constam de orçamento

O Programa Nacional de Direitos Humanos, no capítulo dedicado à mulher, estabelece como uma das primeiras metas de curto prazo (um ano) o incentivo à criação de centros de assistência às vítimas de violência doméstica e sexual. "Ter conseguido incluir esse ponto no plano significa criar um instrumento a mais", avalia Guacira César de Oliveira, coordenadora do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), entidade que acompanha projetos de interesse da mulher no Congresso Nacional.



**VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER**

Segundo a coordenadora, no entanto, o governo não tem se empenhado em transformar as metas em realidade, a exemplo do que ocorre com outros pontos do plano. Guacira conta que o governo enviou ao Congresso o orçamento de 1996 sem verbas previstas para a criação de 27 casas-abrigo de amparo a vítimas de violência.

O dinheiro só foi alocado por esforço de movimentos feministas, numa emenda ao orçamento. Segundo Guacira, o mesmo ocorre no orçamento de 1997. Agora, duas comissões estão tentando conseguir fundos.

Um projeto de lei que aguarda exame na Câmara dos Deputados propõe alterar o Código Penal para transformar estupro e outras violências sexuais em crimes contra a pessoa. Hoje eles são definidos como crimes contra os costumes.

Para Guacira, o plano é um "avanço, mas não foi amadurecido na sociedade". O programa foi discutido e redigido entre novembro de 1995 e março de 1996.

"O governo quis lançar logo o plano para livrar o País da pecha de desrespeitar os direitos humanos", afirma. Guacira conta que a Austrália demorou cinco anos para fazer-seu programa. "Quando a sociedade participa, a cobrança é maior." (R.K.)

Combate à violência sexual fica no discurso